



**Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**

**43ª Vara do Trabalho - São Paulo - Capital
Processo Nº 01929200504302006**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
43ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO

TERMO DE AUDIÊNCIA

Autos n.º 1929/2.005-043-02-00-6

Reclamante: ELIAS DA SILVA

Reclamada : ANGÉLICA GRILL LTDA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e cinco, às 17:15 horas, na sala de audiências da 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, sob a presidência da MM. Juíza do Trabalho Substituta Dr.ª Mara Regina Bertini, foram, por ordem da MM. Juíza, apregoados os litigantes: ELIAS DA SILVA (reclamante) e ANGÉLICA GRILL LTDA (reclamada).

Ausentes as partes, restou prejudicada a última proposta de conciliação.

Submetido o processo a julgamento, a 43ª Vara do Trabalho proferiu a seguinte

S E N T E N Ç A

I - Relatório

Trata-se de demanda proposta por ELIAS DA SILVA, qualificado às fl. 03, em face de ANGÉLICA GRILL LTDA. Alega o reclamante ter sido admitido aos serviços da reclamada em 01/10/2004, para exercer a função de garçom e tendo sido imotivadamente dispensado em 10/04/2005. Sustenta ter recebido

ATENÇÃO - Texto meramente informativo, sem caráter intimatório, citatório ou notificatório para fins legais.

valores "por fora". Aduz ter sofrido dano moral. Assevera ter laborado em horário extraordinário, inclusive no período noturno, em domingos e feriados. Informa não ter sido respeitado o intervalo de 11 horas consecutivas. Afirma ser credor de manutenção de uniformes, plano de saúde e depósitos na conta vinculada do FGTS. Postula o reconhecimento da nulidade do termo de conciliação. Pleiteia, ainda, o pagamento de aviso prévio; saldo salarial; férias acrescidas de 1/3; 13.º salário; multa normativa; horas extras com integração e reflexos; domingos, folgas e feriados; intervalo intrajornada; adicional noturno; multa do art. 477 da CLT; indenização por dano moral; reconhecimento do valor recebido "por fora"; aplicação do art. 467 da CLT; manutenção de uniformes; plano de saúde; FGTS acrescido de 40% e 20%; multas normativas; honorários advocatícios; expedição de ofícios; concessão de assistência judiciária gratuita, além de juros e correção monetária. Atribuiu à causa o valor de R\$ 12.500,00. Juntados aos autos: procuração, declaração de pobreza, cópia da CTPS, recibo de pagamento de salário, compromisso arbitral, termo de audiência e convenção coletiva de trabalho.

Inconciliados. Em audiência, às fl. 54/55, a reclamada apresentou defesa e documentos; concedido prazo para manifestação do reclamante; e, ainda, procedeu-se à oitiva do depoimento pessoal do reclamante e da reclamada. Juntados aos autos: contrato social, carta de preposição e procuração.

Em defesa, a reclamada, às fl. 65/78, alega, preliminarmente, transação perante o Tribunal de Arbitragem de São Paulo; e, no mérito, contesta os pedidos de pagamento de verbas rescisórias; plano de saúde; expedição de ofícios; multa do art. 477 da CLT; aplicação do art. 467 da CLT; indenização por dano moral; concessão de assistência judiciária gratuita; além de juros e correção monetária. Requer aplicação das sanções pela litigância de má-fé. Postula, por cautela, compensação das verbas pagas sob os mesmos títulos e autorização para proceder aos descontos previdenciários e fiscais. Juntados aos autos: declaração, termo de rescisão do contrato de trabalho, guia de recolhimento rescisório do FGTS, aviso prévio do empregador, cópias de sentenças e acórdãos do E. TRT, informe jornalístico, procedimento do Tribunal de Arbitragem, compromisso arbitral, procuração e termo de audiência.

Manifestação do reclamante, às fl. 111/126.

Encerrada a instrução processual, às fl. 55.

Razões finais remissivas, às fl. 55.

É o relatório.

D E C I D E - S E.

ATENÇÃO - Texto meramente informativo, sem caráter intimatório, citatório ou notificatório para fins legais.

II- FUNDAMENTAÇÃO

1)-Da transação - Tribunal Arbitral:

A reclamada alega a existência de transação, tendo em vista ter sido firmado acordo perante o Tribunal Arbitragem de São Paulo (fl. 68).

Por sua vez, o autor sustenta ter sido vítima de fraude (fl. 04).

A análise das provas colacionadas aos autos revela ter o reclamante afirmado, em seu depoimento pessoal, que "assinou os documentos 30/31, sendo certo que tomaram seu depoimento junto ao Tribunal Arbitral; (...) que confirma o depoimento constante no documento n.º 30 como fidedigno" (fl. 54), compatibilizando-se com os termos da defesa.

Nesse passo, cumpre acentuar, que no caso não restou comprovada nos autos qualquer causa de anulabilidade ou nulidade do termo de acordo celebrado perante o Tribunal de Arbitragem de São Paulo. Tampouco restou evidenciado nos autos a presença de elementos que possam caracterizar a fraude trabalhista ou, ainda, não restou comprovada qualquer fraude na forma de operar do Tribunal.

Ademais, frise-se que o Juízo Arbitral é soberano, eis que detentor do poder jurisdicional paraestatal com competência outorgada pelos próprios litigantes para a prestação da tutela principal perseguida, assim como todas as medidas incidentais necessárias à consecução do processo e sua posterior efetivação. Assim, não é possível modificar a decisão proferida em sede de Juízo Arbitral, exceto no caso de vício de consentimento (frise-se não comprovado nos autos).

Nestes termos, vedada a apreciação das verbas postuladas nesta ação, ante os efeitos da coisa julgada. Não pode agora, o reclamante veicular pretensão já sepultada pela coisa julgada, caso contrário haveria total desrespeito e desprestígio à coisa julgada a qual tem garantia constitucional (art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna), razão pela qual impõe-se a extinção do processo, sem julgamento do mérito, a teor do art. 267, inciso V, do CPC.

2)-Da assistência judiciária:

A assistência judiciária, nesta Justiça Especializada, está circunscrita aos termos da legislação específica. No caso, o reclamante se vale de advogado particular para patrocinar sua causa (fl. 22), o qual não declara estar prestando assistência jurídica gratuita a seu cliente. Ausentes os requisitos legais (Leis n.º 1.060/50, 5.584/70, 7.115/83 e 10.288/2001), indeferem-se-lhe os benefícios da Justiça Gratuita.

3)-Dos honorários advocatícios:

O art. 133, da Constituição Federal de 1988, não revogou o "jus postulandi" das partes no processo do trabalho, pelo que neste os honorários advocatícios continuam regidos pelas Leis n.º 5.584/70 e 1.060/50, esta última com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7.510/86, mesmo após o advento da Lei n.º 8.906/94. Assim, no caso vertente, os honorários advocatícios são incabíveis, eis que não preenchidos os requisitos legais.

4)-Da litigância de má-fé:

Requer a reclamada a declaração de litigância de má-fé do reclamante (fl. 67). Cumpre dizer, inicialmente, que má-fé na definição de Couture, consiste na qualificação jurídica da conduta, legalmente sancionada, daquele que atua em Juízo, convencido de não ter razão, com ânimo de prejudicar o adversário ou terceiro, ou criar obstáculo ao exercício de seu direito (in Moacir Amaral dos Santos, "Primeiras Linhas", 10ª edição, 2º volume, página 320). Impõe-se, destarte, à parte o dever de boa-fé, ou seja, "a obrigação de não sustentar teses, que por sua manifesta inconsistência, é inadmissível que o litigante esteja convencido" (Chiovenda, Instituições, 1965, vol. II, pág. 370). Desta feita, resta claro que já não se concebe o processo como um meio exclusivo de tutela dos direitos subjetivos, colocando-se em primeiro lugar o interesse da coletividade (Prof. Bedaque), denotando-se que o interesse a tutelar já não é só o da parte, mas da própria coletividade. Uso do processo com o intuito de conseguir objeto ilegal não confirmado. Indefere-se o pedido de condenação do reclamante por litigância de má-fé, pois não caracterizada a hipótese legal.

5)-Dos ofícios:

A expedição de ofícios não pode ser deferida, pois não se inclui na competência desta Justiça Especializada, nos limites traçados pelo artigo 114 da Carta da República, acionar Órgãos da Administração Pública que não estão adstritos ao Poder Judiciário, a não ser quando há previsão legal específica, o que não ocorre no caso em tela. Improcede o pedido.

III - Dispositivo

Ante o exposto, o Juízo da 43ª Vara Federal do Trabalho de São Paulo extingue sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso V, do CPC, a reclamação trabalhista movida por ELIAS DA SILVA (reclamante) em face de ANGÉLICA GRILL LTDA (reclamada), em face à ocorrência da coisa julgada.

Custas pelo autor no importe de R\$ 250,00, calculadas sobre o valor da causa que é de R\$12.500,00 (fl. 21), a serem recolhidas e comprovadas nos autos em cinco dias.

Intimem-se as partes. Nada mais.

Mara Regina Bertini

Juíza do Trabalho Substituta